Análise da situação sócio-económica das zungueiras como consequência da pobreza na província de Luanda

FRANCISCO ALBERTO MAFUANI*

Resumo: Uma vez que a actividade da zunga é caracterizada como um fenómeno social que afecta principalmente a população mais pobre, este trabalho tem como objecto de estudo de campo para saber de concreto, quais são as principais causas da venda ambulante das mulheres do Distrito do Golfe II, localizado na Província de Luanda, capital de Angola, bem como analisar a situação sócio-económica das zungueiras dentro de um processo de combate à pobreza, as condições de venda dos produtos e dos seus destinatários, os tipos de produtos, e o modo de conservação. Assim, acreditamos que, com o desenvolver desta pesquisa podemos ajudar o Estado angolano a fazer um melhor enquadramento técnico legal do fenómeno zunga, concomitantemente a garantir uma melhor protecção para as pessoas que em risco optam por esta actividade. Este artigo baseia-se em 93 entrevistas realizadas pelo investigador durante duas visitas de investigação ao mercado do Distrito Golf II, em Luanda, com a duração total de cinco semanas, em Junho e Julho de 2019. Foram entrevistados 81 vendedoras ambulantes, incluindo 12 homens dos quais as testemunhas de abusos, activistas, jornalistas e membros das autoridades locais.

Palavras-chave: Zungueiras; Venda ambulante; Mercados; Sócio-Económico.

Analysis of the socio-economic situation of zungueiras as consequence of poverty in Luanda province.

Abstract: Since zunga activity is characterized as a social phenomenon that mainly affects the poorer population, this work has as object of field study to know in concrete, what are the main causes of the street sale of women of Golf District II , located in Luanda Province, capital of Angola, as well as analyze the socio-economic situation of zungueiras within a process of fighting poverty, the conditions of sale of the products and their recipients, the types of products, and the way conservation. Thus, we believe that by developing this research we can help the Angolan State to better improve the legal framework of the zung phenomenon, while ensuring better protection for those at risk of opting for this activity. This article is based on 93 interviews conducted by the investigator during two five-week market visits to the Luanda Golf II District Market in June and July 2019. 81 street vendors, including 12 men, were interviewed. including witnesses of abuse, activists, journalists and members of local authorities.

Key words: Zungueiras; Street sale; Markets Socioeconomic.

* **FRANCISCO ALBERTO MAFUANI** é Pós-Doutorando em Educação pela Florida Christian University (2016-EUA). Doutor em Filosofia de Administração de Negócios Internacionais pela Florida Christian University (2015-EUA). Mestre em Governação e Políticas Públicas pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (2017). Licenciado em Administração opção Comércio Exterior pelo Instituto de Ensino Superior de Bauru (2009) e Licenciado em Teológia pelo Seminário Teológico Luz Para as Nações (2005-Brasil). (2012), Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela Faculdade de Agudos - FAAG/Brasil (2014). Pós-Graduado em Gestão de Recursos Humanos e Finanças- pela Faculdade Campo Limpo Paulista – FECAMP/Brasil (2014) - Pós-Graduado em Agregação Pedagógica pela Universidade Agostinho Neto.

O dia-dia da mulher zungueira, quitandeira e vendedora ambulante.
Fonte: Jornal de Angola (2019).

1. Introdução

A actividade da zunga é caracterizada como um fenómeno social que afecta principalmente, Hoje em dia, 75% da população de Luanda vive em bairros informais e periféricourbanos (musseques), dos quias 30% é do sexo feminino, localizadas no Distrito do Golf II, município de Kilamba Kiaxi em Luanda. Sendo assim, a mesma é tida como uma das principais preocupações sociais e um desafio para o Governo angolano.

Neste sentido, entende-se que o Governo angolano deve criar políticas sociais eficazes para as zungueiras, desde a forma do comércio até as questões de saúde e principalmente a questão de segurança para que as mesmas possam exercer as suas actividades de uma forma menos arriscada. Sabemos no entanto, que a actividade da zunga vem desde os primórdios mas que, a situação que o país passou como a grande guerra civil, fez com que muitas pessoas se deslocassem de suas terras de origem e procurassem na capital do país melhores condições de vida, sustento, saúde e uma emergente estabilidade para as suas famílias, e também muitas mulheres prestassem a actividade da zunga.

1.1. Evolução histórica da actividade da Zunga

Jornal de Angola (2017), o comércio informal constitui uma das actividades económicas que caracteriza uma grande parte da paisagem urbana dos Estados africanos, embora seja uma prática que podemos considerar como pouco recomendável para a economia de qualquer país. Uma vez que raramente se arrecadam impostos e na maior parte dos casos os produtos são de origem duvidosa, tanto na qualidade como pela sua proveniência. Os estudos sobre o comércio informal acabaram por fazer dessa prática uma actividade "legaciosa", ou seja, as autoridades procuram regular o comércio informal quer através de impostos de saneamento dos locais de venda, é a praça que aparece em qualquer local baldio quer em locais onde, periodicamente, uma ou duas vezes por semana, é possível ir à busca de produtos mais baratos e com

tratamento de camarada na compra e na venda.

A mesmo jornal ainda descreve que, o comércio informal não é uma actividade criminosa, tem algumas vantagens sociais, tal como o sustento de algumas famílias, acesso fácil aos produtos por parte do consumidor, preços baixos e flexíveis, assim como lucros desajustados para os vendedores que não cumprem nenhuma regra pré-estabelecida pelas autoridades. O Estado perde por não arrecadar qualquer receita e por outro lado tem gastos com a saúde, a segurança e o saneamento decorrentes da prática do comércio informal. Por essa razão, em quase todos os países, desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, existe um esforço para regular e tornar o comércio informal numa actividade formal, com o mínimo de regras e garantias para o vendedor e o consumidor. O comércio informal é feito de duas formas: por um lado essa prática pode ser feita num determinado local, na praça, mas também nos passeios, nas esquinas para o efeito. Por outro lado, há os vendedores informais ambulantes, entre nós conhecidos como "zungueiros". Estes andam de um lugar para o outro, oferendo os seus produtos e manifestando as vantagens dos mesmos (LOPES, 2008).

1.2. Etimologia do termo zungueira

Etimologicamente o termo advém da língua nacional Kimbundu "*kuzunga*" que significa circular, rodear ou girar. Os autores ressaltaram que, foi a expressão escolhida para identificar a actividade informal dos vendedores de rua que deambulam pelas diversas artérias da cidade, bairros, mercados e locais diversos, levando na maior parte dos casos sobre a cabeça uma bacia com produtos, embora com o passar do tempo os métodos estejam a evoluir adaptando-se ao novo contexto e dinâmica da sociedade Angolana. Autores relatam que o termo é uma herança da expressão quitandeira, que constituíam uma representação da capital angolana durante a fase colonial e nos primeiros anos após a independência (MEXIA, 2010).

1.3. A zungueira no contexto sócio-económico angolano

Segundo Chivinda (2015), a mulher zungueira sempre desenvolveu a sua actividade com rigor, e incentiva a prática da agricultura, pois quase tudo que ela vende vem desta actividade. A sociedade, reconhece na mulher um papel natural que é de dar vida, de proteger e educar os filhos, papel que, na maioria das vezes é associado com o de trazer para o seu lar, recursos financeiros e materiais a fim de garantir o bem estar no seio familiar.

Conforme, o mesmo autor, salienta que este grupo (zungueiras) assume outras funções e papéis que são os de praticar actividades que constituem também, uma contribuição para a economia das famílias e nacional. Ressaltou, que é preciso que as mulheres tenham poder para fazer os seus negócios, que tenham direito a formação, a locais condignos para trabalhar e para vender regularmente.

O autor ainda afirma,que as mulheres têm responsabilidade de prestar esses serviços às comunidades e também cuidar dos locais onde tal actividade tem sido praticada, garantindo um saneamento básico saudável e evitando que haja situações que prejudiquem a saúde.

1.4. Características da mulher zungueira

Conceito de Situação Social (2018), mulher zungueira, deveria ser acarinhada e bem tratada por todos. Tal como outras actividades desenvolvidas por agentes que actuam no mercado informal, entretanto foram selecionadas algumas características que evidenciam a mulher zungueria:

1.4.1. Características pessoais

Carlos (2014), define as características pessoais das zungueiras como:

- Corajosa;
- Sacrificada;
- Paciente;
- Dedicada e Esperançosa

1.4.2. Características económico – financeiras

Carlos (2014), define as características económico - financeiras são:

- Tem pouco capital;
- Vendas diárias são instáveis;
- As suas margens de lucro tendem a diminuir ao longo do tempo, à medida que mais vendedores penetram no mercado;
- O ambiente em que trabalham é de solidariedade para sobreviverem, em vez de concorrência;
- Actividade desenvolvida é mais vocacionada ao comércio;

Chivinda (2015), descreve a zungueira como uma mulher sofredora, lutadora, que põe em risco a sua vida para dar dignidade ao outro. No mais profundo do seu ser não existe outra motivação senão dar vida àqueles que lhe foram confiados. Essa é a mulher que caminha o dia todo de baixo do sol ardente e calor infernal que a atormenta. Impressiona a capacidade lutadora dessa mulher, mãe zungueira, que tem de equilibrar o peso que carrega sobre a cabeça, com o filho às costas, e algumas vezes, outro no ventre, como o presenciamos.

A maioria dos vendedores ambulantes em Luanda são mulheres que vivem em condições de pobreza extrema. Fazem parte dos mais de 75% da população angolana que, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sobrevivem com menos de 1,20 $ por dia. Os abusos enfrentados pelos vendedores ambulantes são, em muitos casos, agravados pelo facto de estes vendedores estarem entre as pessoas que foram deslocadas das suas aldeias e vilas durante a longa guerra civil angolana e fugiram para a capital há mais de uma década.

1.4.3. Mercado formal e informal

Um mercado é um sistema que evolui no tempo, sob o efeito de variáveis cuja influência se verifica a curto/médio e a longo prazo. Designa-se por mercado o local no qual agentes económicos procedem à troca de bens por uma unidade monetária ou por outros bens, dominados pela lei da oferta e da procura (CARLOS, 1989).

De acordo com o mesmo autor, para as sociedades mais avançadas os mercados não necessitam de ser lugares físicos onde compradores e vendedores interagem, estas transacções podem ocorrer por via internet.

Mexia (2010), realça que a definição de mercado poderá ser entendida de duas formas distintas, nomeadamente:

- **Em sentido amplo:** Conjunto de pessoas individuais ou colectivas capazes de influenciar as vendas de um determinado produto.

- **Em sentido restrito:** Conjunto de dados sobre a importância e evolução das vendas de um produto.

1.4.4. Mercado formal

O funcionamento de um sistema de mercado formal se fundamenta em um conjunto de regras, onde se compram e vendem bens e serviços e também factores de produção; o mercado formal é legalmente estabelecido, com firma registada, dentro da lei e pagam impostos (MEXIA, 2010)**.**

Descreve ainda a autora que, neste tipo de mercado funciona o jogo da oferta e da procura, a quantidade demandada por um bem não depende unicamente do preço do bem em consideração, mas de diversos outros factores, como, por exemplo, preferências do consumidor, preço de outros bens que possam vir a ser substitutos, renda disponível, etc. A quantidade ofertada de um bem também depende da tecnologia disponível, preço dos factores de produção, subsídios, impostos, preço do próprio bem, dentre outros.

Acrescenta ainda a autora, que o mercado formal é caracterizado pela concorrência perfeita. Teoricamente é ainda caracterizado pela existência do grande número de pequenos compradores e vendedores; o produto transaccionado é homogéneo; há livre entrada de empresas no mercado; perfeita transparência para os vendedores e para os compradores de tudo que ocorre no mercado; perfeita mobilidade dos insumos produtivos. Nesse sector, o comércio é realizado por empresas devidamente constituídas, as empresas seguem as normas, respeitantes aos direitos do consumidor.

A título de exemplo temos como mercados formais os supermercados, tais como: o supermercado Kero, Shoprite, Alimenta Angola, Nosso Super, Candando, Mel, Descontão, Jumbo, Martal, Casa dos Frescos entre outros (DICIONÁRIO DE PORTUGUES, 2017).

1.4.5. Mercado informal

A economia informal em Angola integra uma vasta gama de actividades que atravessam praticamente todos os sectores, com extensas e diversificadas áreas de intersecção com a economia formal e com a economia ilegal. Sectorialmente, o comércio retalhista, semi-grossista e grossista, é a actividade informal dominante. Os mercados são localizados em bairros urbanos e periféricos, *nos subúrbios da cidade* da província de Luanda, incluindo nos municípios de Cazenga, Sambizanga, Viana e Maianga que constituem a par da venda ambulante, o espaço onde um grande número de agentes encontra ocupação e obtém os rendimentos que contribuem para a sua subsistência e das respectivas famílias. A sua importância remete não apenas para a dimensão económica e social, mas também para a dimensão social e cultural, uma vez que estamos em presença de instituições concretas com história e com presença marcante na realidade luandense (LOPES, 2008).

O mercado informal é um comércio de rua que geralmente parte da economia informal ou clandestina, com bancadas improvisadas, em especial nas grandes cidades (MEXIA, 2010).

Mexia propõe uma linha de abordagem em que o mercado informal é caracterizado em termos da sua estrutura interna, onde encontramos as seguintes tipologia das actividades informais, nomeadamente:

1- A economia informal de subsistência – que caracteriza-se pelas actividades de

produção e troca de bens e serviços realizadas no quadro da economia familiar, com finalidades de auto-consumo ou no âmbito das relações de reciprocidade e de solidariedade familiar e de vizinhança;

2- A economia informal tradicional – que são os conjuntos de actividades que na época colonial, já eram parcialmente praticadas com carácter informal, em espaços económicos bem delimitados. Incluem-se nesta categoria as actividades dos ardinas, engraxadores, escultores e comerciantes de artesanato, bem como as que são associadas aos ofícios (carpinteiros, alfaiates, mecânicos, entre outros);

3- A economia informal de sobrevivência – como sendo um conjunto de actividades orientadas para a geração dos rendimentos indispensáveis à sobrevivência dos seus actores e dos respectivos agregados familiares, geralmente inclui a produção de bens e a prestação de serviços, nomeadamente o micro e o pequeno comércio retalhista, os serviços de reparação e manutenção, os serviços financeiros, os serviços pessoais e os serviços associados ao lazer e entretenimento; regra geral, são actividades que se realizam a uma escala reduzida no quadro dos processos de adaptação realizados pelos agentes económicos desprovidos de recursos às condições ambientais que os envolvem e que determinam as suas práticas.

1.4.6. As principais causas da venda ambulante

As causas do surgimento deste tipo de actividade informal encontra-se estritamente relacionada com o reflexo do país e sobretudo as condições sócio-económicas (DIÁRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2017).

O autor relata ainda que o conflito armando que contribuiu significativamente para a desestruturação do tecido económico e empresarial é uma das principais causas. Que, por tal facto, a população acabou por se concentrar nos grandes centros urbanos, aumentando exponencialmente a densidade populacional. Cidades como a capital de Luanda, conheceram um aumento substancial, isto também porque não foram muito afectadas pelos conflitos armados comparativamente as restantes Províncias do país.

Segundo o mesmo autor, realça que até 2002, a cidade de Luanda encontrava-se abarrotada de gente, o que exigiu a aglomeração de um número elevado de pessoas em cada núcleo familiar, em razão da recepção de membros deslocados de guerra. Esta realidade facilitou a degradação da infra-estrutura social, e as condições sanitárias das moradias, que se tornaram insuficientes para atender a demanda. Isso exigiu a organização e intervenção do Estado para realizar o reassentamento da população deslocada de guerra para as suas zonas de origem, atendendo-as nas suas necessidades básicas. Esse processo deparou-se com grandes dificuldades, sendo que uma parte significativa desta população deslocada não quis regressar, desafiando-se a construir sua vida em Luanda.

O Diário ainda refere que como forma de sustento e adaptabilidade ao novo *modus vivendi,* grande parte desta população desempregada foi obrigada a exercer actividades consideradas informais de maneira a proporcionarem uma geração de renda. Tal cenário é hoje visível no país, no qual se pode vislumbrar um número considerável de pessoas deambulando pelas diversas ruas do país actualmente denominadas de zungueiras ou zungueiros.

Lopes (2008), a dinâmica associada aos mercados de Luanda tem sido uma dinâmica de mudança permanente, correlacionada e determinada pelas transformações políticas, económicas e sociais que têm ocorrido no contexto mais lato da sociedade em que se inserem. O crescimento populacional acelerado, reflectido numa crescente concentração e densificação populacionais, as transformações nas características dos habitantes da cidade, a progressiva miscigenação das práticas tradicionais, associadas à matriz sociocultural das populações compelidas pela guerra e atraídas pelas possibilidades oferecidas pela grande urbe, com os padrões de consumo da sociedade moderna, induziram profundas mudanças nas características da procura, em simultâneo com um variado conjunto de mudanças entretanto ocorridas ao nível da oferta combinaram-se num amplo e complexo processo de transformações na rede de abastecimento urbano de Luanda. Tal processo de mudança, recomposição e reconfiguração consubstanciou-se, entre outros aspectos, no encerramento de alguns mercados, no nascimento de outros, na crescente informalização do comércio praticado nos mercados urbanos, numa crescente interpenetração entre o comércio informal e o comércio ilegal, na alteração da hierarquia intrínseca à rede que constituem (pela dimensão espacial, pelo número de agentes que neles operam, pelo volume de transacções monetárias que realizam, pela complementaridade e ou especialização das funções que desempenham).

1.4.7. Actuação dos fiscais e a sua relação com as zungueiras

A fiscalização sempre existiu desde a criação do Governo Provincial de Luanda, trata-se de um órgão da Administração Pública. A Brigada Especial de Fiscalização, foi criada em 2002 no âmbito do combate à venda ambulante e outras transgressões administrativas (na vigência da Lei 10/87, de 26 de Setembro) onde foi estabelecida uma cooperação com a polícia de ordem pública (DIÁRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2017).

1.4.8. As políticas do estado angolano no processo da venda ambulante

De acordo com Mexia (2015), as políticas dos Estados relativamente a actividade ambulante não constituem um pronto a vestir, na maioria dos países, elas variam em função da sua situação económica, social, religiosa e cultural.

As políticas do Estado com as vendedoras ambulantes, variam em função de cada realidade, e elas visam demarcam quer positiva, como negativamente as balizas orientadoras que permitam os operadores de uma certa actividade se guiar, sob pena de haver atropelos nos procedimentos.

No nosso caso as políticas relativamente a venda ambulante, variam consoante se trata de uma medida legislativa ou administrativa. No campo legislativo não temos uma Lei própria capaz de regular de forma concreta a proibição desta actividade, mas algumas medidas administrativas foram tomadas, no sentido de regular a venda ambulante desordenadas em lugares não

autorizados com fundamento na vigência da Lei nº. 12/11, de 16 de Fevereiro que revoga a Lei nº. 10/87, de 26 de Setembro das transgressões administrativas, sem prejuízo de algumas regras administrativas mediante despacho do Presidente da comissão administrativa do município de Luanda, nomeadamente:

a) Identificar os locais e os horários em que é permitida a venda de produtos nos distritos,

b) Proibição da venda em zonas próximas as igrejas, cemitérios, hospitais e a menos de 500 metros de estabelecimentos onde se comercializam os mesmos produtos,

c) Esta também vedada a venda ambulante nas vias principais e arruamentos interiores dos bairros, quando impeçam ou dificultem o trânsito de veículos e peões.

Para além destas medidas administrativas, a venda ambulante passou a ser objecto de multa e algumas medidas sancionatórias, a título de exemplo, em 2017, com aprovação da lei das transgressões administrativas passou-se a cobrar multas a partir de 45.000 mil kwanzas pela venda ambulante desordenada nas ruas da capital angolana.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, que em Fevereiro do mesmo ano passou a ser liderada pelo governador da província de Luanda, justificou a medida com a nova lei das transgressões administrativas e advertiu que além dos vendedores também quem compra na rua pode ser sancionado.

1.5. A venda ambulante na cidade de Luanda

A venda ambulante em Luanda tem sido feita em locais proibido pelo Governo da Provincia mas os vendedores muitas vezes não obedecem a ordem das autoridade, a Polícia fiscal e de Trânsito sente-se a maior parte das vezes impotente para regular a circulação. A venda em locais públicos abertos constitui grande perigo para os próprios vendedores e para os demais cidadãos e que podem ser vítimas de atropelamento, já que com esta prática são obrigadas a correr de um lado para o outro fugindo dos fiscais.

Existe ainda o desconforto do consumidor que faz compras num local sem higiene, onde há muito lixo, facto que constitui um mau ambiente que preocupa muito o governo. Falta de oportunidade de trabalho muitas pessoas encontram o refúgio para organizarem suas vidas no comercio ambulante. (DIÁRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2017).

Fonte: DW/C Vieira Teixeira (2019)

1.5.1. Regularização da venda ambulante em Angola

De acordo o Executivo Angolano, ressalta que, o Comércio Ambulante foi regulamentado no final do ano 2018, que já está em vigor, os vendedores ambulantes no país estão identificados e tem locais específicos para exercerem a actividade "à luz das normas. O regulamento aprovado pelo Governo visa formalizar o comércio, maioritariamente, pelos "zungueiros". Esta lei foi aprovada pelo Conselho de Ministros, e já estão catalogados e identificados os locais para se poder exercer a actividade, depois de uma análise com as autoridades provinciais o novo Regulamento, visa especificar os produtos que não são passíveis de serem comercializados no comércio ambulante, como combustíveis e medicamentos, entre outros. (DIÁRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2017).

1.5.2. Perfil do vendedor ambulante

Quando se pretende definir o perfil de um vendedor ambulante, existem algumas dificuldades, porque não há uma tipologia única de vendedor, podendo este incluir todas as características de um empreendedor individual. Contudo, é possível identificar alguns elementos distintivos dos empreendedores de sucesso, a saber: visão reconhecimento de uma oportunidade de negócio, decisão (capacidade de tomar decisões e de aproveitar ao máximo as oportunidades, determinação para ultrapassar as dificuldades e fazer a diferença, determinação interesse e firmeza em alcançar os seus objetivos), dinamismo com energia e vitalidade no desenvolvimento da atividade, dedicação (sacrifício e muitas horas de trabalho, com renúncia a tempos de lazer), comprometimento compromisso e responsabilidade), independente em construir o seu próprio destino e posto de trabalho e, assunção de riscos calculados, entre outros Duarte e Esperança, (2014). A venda ambulante, em todo o mundo, é dominada pelas mulheres (DIÁRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2017).

Fonte: Autor (2019)

1.5.3. Causas, obstáculos e desafios

O setor informal é diferente de um país para outro, em função da cultura, da política e da economia e, consequentemente, também as suas causas, obstáculos e restrições diferem. Ainda assim, alguns dos fatores causadores deste fenómeno estão presentes em quase todos os contextos e podem resumir-se nos que seguidamente se listam.

A falta de crescimento é um dos fatores impulsionadores das atividades informais. Relaciona-se com taxas lentas de crescimento económico lenta de crescimento da população aos quais o setor empresarial não consegue responder e criar oportunidades de emprego (SALOMÃO, 2015).

Segundo o mesmo Diário, a natureza do desenvolvimento capitalista é considerada uma das causas da informalidade e de uma prática monopolística que usam operadores informais e vendedores ambulantes para aumentar as vendas. Regras e regulamentos do governo, como cargas tributárias excessivas ou insuficiente, podem induzir fuga a impostos e práticas de negócios informais, reduzindo o tempo de trabalho do setor formal (Chen, 2012; Belev, 2003) e ainda, criar barreiras que sufocam atividades económicas formais. Falhas em instituir mecanismos de controle jurídico e institucional adequados são fraquezas do governo que istigam a operações do setor informal.

A escolha pela atividade informal pode ser pretendida por empreendedores com o propósito de evitar custos de operar formalmente e, essa pode ser uma causa de desenvolvimento do setor informal. O padrão de crescimento económico que não cria empregos suficientes para todos aqueles que procuram trabalho é considerada outra causa das atividades informais para o fumento da venda ambulante.

Em sondagens levadas a cabo nos últimos anos de guerra civil, o governo reconheceu a importância do sector informal para a subsistência da população, em particular nas áreas urbanas. Naquela altura, dois terços da população angolana economicamente activa trabalhavam no sector informal, que empregava pelo menos uma pessoa em 78% dos agregados familiares de Luanda.

Os padrões de crescimento com intensificação de capital e de tecnologia

levam a uma redução da força de trabalho ou a exigências de superiores qualificações, que aumentem os níveis de desemprego e induzem a informalidade dos trabalhadores que não conseguem competir no mercado de emprego (SALOMÃO, 2015.

1.5.4. Rendimento e condições de vida

No sentido económico, o termo rendimento designa a remuneração ou conjunto de remunerações de um qualquer agente económico em contrapartida pela cedência a um outro agente económico de um fator produtivo por si detido para utilização no processo produtivo (Mexia, 2017). São exemplos de rendimentos, o salário ou ordenado, (remuneração recebida pela cedência da utilização durante um determinado período de tempo de meios financeiros), os lucros distribuídos geralmente designado por dividendos que são a remuneração recebida pela cedência de capital produtivo e as remuneração recebida pela cedência de instalações).

Ao conjunto de todos os rendimentos, obtidos por todos os agentes económicos de um país, é dada a designação de rendimento nacional (Mexia, 2017). O rendimento está assim relacionado com a remuneração pelo uso de recursos ou fatores de produção das famílias e empresas, sendo um elemento muito importante no comércio, nos setores formal e informal, por permitir saber o valor ou o resultado final auferido.

1.5.5. Mercados informais em Luanda

Os mercados de Luanda constituem, a par da venda ambulante, o espaço onde um grande número de agentes (um número que deverá exceder consideravelmente a cifra oficial) encontra ocupação e obtém os rendimentos que contribuem para a sua subsistência e das respectivas famílias. A sua importância remete não apenas para a dimensão económica e social, mas também para a dimensão sociocultural, uma vez que estamos em presença de instituições concretas com história e com presença marcante no imaginário da sociedade luandense. A rede de mercados de Luanda tem sofrido mutações significativas, não apenas no que se refere ao número de mercados operativos, à respectiva dimensão, às funções que desempenham no quadro da rede comercial e de prestação de serviços mercantis, mas também no que respeita às próprias características funcionais e organizativas dos mercados (LOPES 2008).

2. Considerações finais

As vendedoras ambulantes de Luanda sofrem rusgas diárias às mãos da polícia e de fiscais que usam excesso de força e sujeitam os vendedores e vendedoras a um tratamento humilhante e degradante regularmente. Os mesmos agentes também confiscam produtos e extorquem subornos com regularidade. Esta violência e humilhação pública, geralmente infligidas à vista de diversas testemunhas, incluem espancamentos com porretes e outros objectos, pontapés, estalos e murros, que provocam ferimentos como nódoas negras e inchaços nos braços, pernas e rosto. Os ferimentos também resultam de acidentes de trânsito ou de outro tipo, que ocorrem quando as vendedoras tentam fugir aos agentes da polícia e aos fiscais. Geralmente, como as autoridades lhes confiscaram os produtos e o dinheiro, as vendedoras ambulantes que sofrem ferimentos durante as repressões não têm dinheiro para receber tratamento médico adequado nos hospitais públicos, nem sequer para apanhar transportes para regressarem a casa.

As rusgas a vendedores ambulantes podem ocorrer esporadicamente, diariamente ou várias vezes por dia,

dependendo do local. Normalmente, estas rusgas são operações conjuntas levadas a cabo por agentes da polícia – geralmente da ordem pública e fiscais do governo, que prestam contas à polícia. Contam também com a presença frequente de agentes informais e trajados à civil, que trabalham para os fiscais e para a polícia. Os fiscais tanto podem usar coletes simples pretos, verdes ou vermelho escuro, mas é frequente não estarem identificados como funcionários do estado.

As vendedoras ambulantes entrevistadas descreveram três grupos de indivíduos envolvidos nas rusgas: polícia, fiscais e civis indivíduos vestidos normalmente que operam em conjunto com os agentes da polícia e fiscais, que estão identificados como tal. Muitas das rusgas seguem um padrão semelhante: os fiscais, geralmente munidos de porretes e acompanhados por agentes da polícia armados, vão ao encontro de grupos de vendedores ambulantes a pé, de carro ou de mota. Chegados ao local, começam a afugentar os vendedores, agredindo-os e confiscando os seus produtos. Os vendedores tentam recolher os bens e fugir. Nos locais em que se reúnem grupos mais volumosos de vendedores ambulantes, estas tácticas policiais causam frequentemente o pânico e, ocasionalmente, acidentes quando os comerciantes tentam fugir. Nos mercados informais de rua de maior dimensão situados na periferia de Luanda, a polícia de ordem pública colocou esquadras móveis, num esforço para alargar o policiamento normal a bairros com elevados índices de criminalidade, mas também para servirem de apoio às operações de retirada de vendedores ambulantes. Durante as repressões a vendedoras e vendedores ambulantes, fiscais de uniforme ou trajados à civil, geralmente acompanhados por agentes da polícia, confiscam regularmente os produtos comerciais não-perecíveis dos vendedores, tais como vestuário, calçado e outros artigos, destruindo os produtos alimentares atirando-os violentamente para o chão.

Funcionários do governo provincial e municipal de Luanda declararam que os bens confiscados aos vendedores ambulantes são recolhidos e inventariados na administração e, posteriormente, são entregues aos serviços sociais locais, que doam os bens a instituições de caridade. Um funcionário municipal de Viana mostrou-nos dois formulários de doação. No entanto, o grande volume de bens confiscados diariamente em toda a cidade exigiria um aparato substancial de transporte e logística para doá-los a instituições de caridade, o que levanta dúvidas quanto à veracidade da explicação. Além disso, a redistribuição destes bens não valida a ilegalidade da confiscação, mesmo que as vendedoras não possuam licença. Descobriu-se que a polícia e os fiscais extorquem regularmente subornos às vendedoras ambulantes. Exigem regularmente subornos entre 1000 e 4000 Kwanzas (10 $US a 40 $US), que devem ser pagos no momento. Às vezes, dizem às vendedoras que estes pagamentos são multas, mas nunca fornecem nenhum tipo de recibo. Nas referências bibliográficas constam os sites dos vídeos de agressão fisica e verbal das zungueiras.

Referências

DIÁRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, Lei n.º 18/16 de 17 de Out. **Lei da Divisão Politico Administrativo de Angola.**

DIÁRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, Lei n.º 12/11 de 16 de Fev. **Lei das Transgressões Administrativas.**

DICIONÁRIO DE PORTUGUES ONLINE: **Léxico.** Disponível em: <https://www.lexico.pt/situacao/> Acesso em:18 nov 2017

CARLOS, M. Lopes, **A economia informal em Angola: breve panorâmica**, *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 14 | 2014, posto online no dia 27 Setembro 2016, Acesso em: 23 Novembro 2017. URL: Disponível em: <http://ras.revues.org/> Acesso em: 10 nov. 2017.

CARLOS, M. Lopes, 1989: **The informal economy and the development of flexible specialization in Emilia-Romagna** in Portes et al. (ed.) (1989), *The informal economy: studies in advanced and less developed countries*, John Hopkins University Press, Baltimore.

CONCEITO DE: **CONCEITO DE SITUAÇÃO SOCIAL.** Disponível em: <https://conceito.de/situacao-social> Acesso em 18 nov 2017

CHIVINDA, Berta Benedita Canhanga, 2015. **Mulher Zungueira.** Disponível em: <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/a-Mulher-Zungueira/79212388.html> Acesso em: 15 dez 2017.

LOPES, C.M., 2008: Mercado Roque Santeiro: **en el corazón de la economía informal de Luanda**. *Nova Africa*, nº 22, pp. 7-30, Enero.

MEXIA, Maria Rita de Lemos Machado. **A informalidade no mercado formal luandense**: estratégias empresariais de adaptação à modernidade e suas makas. Instituto Superior de Economia e Gestão, 2010.

SALOMÃO, C. Jonísio: **Mulher Zungueira: o reflexo da economia angolana.** Disponível em: <http://www.portaldeangola.com/2016/05/mulher-zungueira-o-reflexo-da-economia-angolana/> Acesso em 23 out 2017.

Sites dos vídeos de agressão das zungueiras

https://www.youtube.com/watch?v=Y17p996BCZY

https://www.youtube.com/watch?v=7woS6-otj5o

https://www.youtube.com/watch?v=9n0tvgB3-cw

https://www.youtube.com/watch?v=bIx5-vER8xQ

Recebido em 2019-09-08
Publicado em 2019-10-25